 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 029. Culturas populares, rituais, festas e sujeitos em performance: diversidade sexual, racial e de gênero

Rafael da Silva Noleto (Universidade Federal de Pelotas) - Coordenador/a, Hugo Menezes Neto (Universidade Federal de Pernambuco) - Coordenador/a No campo de estudos sobre rituais, festas, culturas populares e manifesta?es perform?ticas h? uma discuss?o consolidada sobre pr?ticas culturais coletivas que conformam estruturas rituais, sociabilidades festivas e pertencimentos identit?rios. Com muita frequ?ncia, entretanto, as abordagens privilegiam a an?lise de certas manifesta?es culturais em sua totalidade perform?tica, invisibilizando processos de subjetiva??o dos sujeitos que as integram. Em detrimento do debate sobre como os sujeitos produzem suas manifesta?es art?stico-culturais, buscaremos discutir como essas manifesta?es produzem os seus sujeitos e, de outra perspectiva, como os referidos processos de subjetiva??o por vezes apontam para a subvers?o e agenciamento de l?gicas, din?micas e conte?dos simb?licos da tradi??o. Pensando o desafio da gest?o das diferen?as sociais e do peso das premissas tradicionais presentes nos contextos rituais, festivos e/ou art?sticos, pretendemos reunir pesquisas que discutam tais contextos na interface com os debates antropol?gicos sobre diversidade sexual, etnicorracial e de g?nero, atentando para: os processos atrav?s dos quais as pessoas se tornam sujeitos sexualizados, racializados e generificados; e as possibilidades de mudan?as de pr?ticas rituais, festivas e/ou art?sticas como efeito das atuais discuss?es pol?ticas sobre a diversidade e a gest?o da diferen?a.

A festa junina como configuração e os padrões de gênero: uma análise à luz da Teoria Eliasiana

Autoria: Hayeska Costa Barroso, Andréa Borges Leão

O presente ensaio tem por objetivo tecer reflexões sobre a festa junina e os padrões de gênero nesta à luz da teoria de Norbert Elias. A obra tomada como referência para a análise em questão é O Processo Civilizador (2011), volume 1, na qual o autor delineia alguns aspectos teóricos centrais para o entendimento da totalidade da teoria do processo civilizador, a exemplo das incursões a respeito da formação e estrutura de uma (con)figuração, dos movimentos históricos, lentos e graduais, de mudanças e transformações de determinados padrões de comportamento e costumes. Assim, tomando-o como chave de leitura, debruçamo-nos, desde tão logo, no entendimento da festa junina como uma configuração, ou seja, uma estrutura social em permanente transformação, cuja composição se dá por elementos interdependentes (e não independentes) entre si; portanto, não se trata de um campo estático e/ou harmônico, mas marcado pelo seu caráter mutável, em constante devir, para além de sua expressão e/ou manifestação imediata. Interessa-nos apreender, assim, suas ?configurações dinâmicas específicas? (ELIAS, 2001, p. 213), atravessadas de tensões. Metodologicamente falando, o campo empírico das observações aqui tecidas é a festa junina no estado do Ceará, sobretudo os festivais de quadrilhas juninas que ocorrem na cidade de Fortaleza e região metropolitana, cujo marco temporal se dá desde o ano de 2015 até os dias atuais.A festa junina se tornou espaço poderoso de visibilidade trans/gay, assim como o carnaval, a parada LGBT, a festa do boi de Parintins, e parece inegável como as festas populares têm esse denominador comum, revelando uma ?amplitude nacional da participação LGBT nos contextos de produção da cultura popular? (NOLETO, 2016, p. 15). A festa junina entendida como processo tem a capacidade de ?[...] aponta[r] problemas sociológicos acerca da dinâmica social como um todo? (ELIAS, 2011, p. 29). A configuração não existe sozinha, logo, quando um grupo se reposiciona, os outros também se reposicionam, num duplo condicionamento, interior e exterior ao individuo. A festa junina não deve ser compreendida de maneira isolada da totalidade da vida social, ou mesmo como uma excepcionalidade. Ela expressa padrões de conduta de uma estrutura social

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> predominamente heteronormativa e binária como padrão de gênero hegemônico. Os elementos do processo social, a modelação dos padrões de comportamento da festa, a necessidade de se adequar a um padrão de feminilidade/masculinidade que, dentro da festa, se tornou uma necessidade para a sua realização, compõem, em linhas gerais, a configuração da festa junina como processo, como configuração.
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**